

Memória e Biografia: As representações de uma guerrilheira no período da Ditadura Militar Brasileira**Eloísa Pereira BARROSO***

Resumo: Situado no campo da “escrita de si”, o presente artigo apresenta uma mescla de biografia e memória associada a uma relação afetiva, de pertencimento e de inserção total do sujeito ao tempo histórico do período selecionado, o período da ditadura militar no Brasil, um período que lida com rearranjos nas relações sociais, culturais e políticas. Neste artigo, é considerado o fato de que, por meio do registro das lembranças e das vivências, é possível ao historiador acessar imagens, representações, fatos e discursos que contribuam para a abordagem da identidade dos jovens militantes que viveram esse período de resistência, podendo construir significados sobre si e sobre o outro.

Palavras-chave: Biografia. Ditadura Militar. Memória.

Memory and Biography: The representations of a guerrilla in the Brazilian Military Dictatorship's period

Abstract: Situated in the ‘self-writing’, this article presents a mixture of biography and memory associated with an affective relationship, belonging and total insertion of the subject in the historical time of selected period, the Military Dictatorship's period in Brazil, a period which works with rearrangements in social, cultural and political relationships. In this article it is considered the fact which through recording memories and experiences it is possible for the historian access images, representations, facts and speeches that may contribute for the approach of the identity of young militants who lived this resistance period, being able to build meanings about themselves and each other.

Keywords: Biography. Term. Military Dictatorship. Memory.

História de vida que emerge de lembranças de um tempo não muito distante. Palavras que retratam rotinas e revelam percepções de uma subjetividade até então esquecida nos silêncios aparentes da memória que, embora pareça não lembrada, se impõe viva ao se imiscuir nos significados que emergem em um presente que se entrelaça

* Professora Doutora - Departamento de História e credenciada ao Programa de Pós Graduação do Centro de Excelência em Turismo - UnB -Universidade de Brasília, Campus Darcy Ribeiro CEP 70910-900- Asa Norte- Brasília Distrito Federal. A Pesquisa que resultou neste artigo é parte dos relatos colhidos em uma pesquisa por ora ainda em realização. E mail: eloisabarroso@uol.com.br

afetivamente ao passado. É nessa mescla de biografia e memória associada a uma relação afetiva, de pertencimento e de inserção do sujeito ao tempo histórico, que se pretende aqui o reconhecimento da história de uma jovem militante no período da Ditadura Militar, como parte da memória social do Brasil.

O potencial da biografia como fonte liga-se à configuração de uma “carga de significados” sobre a experiência narrada, vivida, sentida e sonhada, pelo sujeito que, embora situado em outro tempo, pelo viés da memória, repercute nos dias de hoje. Por meio da história oral, por intermédio do depoimento desta personagem que participou dos movimentos de resistência contra a ditadura, é possível reunir as representações sobre sua trajetória no período até o processo de redemocratização brasileira.

A evocação de memórias individuais e coletivas desperta vestígios de vivências e sensibilidades, o que permite a constituição de um sentimento de pertença naqueles que vivenciaram esse período ao espaço social em que se manifestam/representam zonas de conflitos, geralmente pelo poder ou pelas representações desse poder, o que acaba por selecionar memórias e criar identidades. Assim, os indivíduos extrapolam os destinos marcados e são capazes de produzir identidades diversas com subjetividades que escapam ao enquadramento em sistemas sociais homogeneizantes e pré-definidos, *a priori*, pelo pesquisador. Enfim, reviver memórias é uma possibilidade de se ler o passado como lugar de experiências de outros sujeitos que nos antecederam e, desse modo, com eles estabelecermos um diálogo para a compreensão do presente.

Todavia, é preciso ter em mente que reconstruir o passado em sua plenitude não significa conhecê-lo em sua totalidade, como nos ensina Benjamin (1967), o que fazemos é colocar em fulcro relampejos históricos que o historiador, no exercício do seu ofício, ressignifica. Os rastros deixados por Ana, nos relatos por ela apresentados e nas fontes bibliográficas pesquisadas, podem ser nominados de relampejos históricos que, por hora, serão ressignificados neste artigo. Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que a biografia tem como princípio tentar entender os significados que o sujeito atribui para as experiências vividas, e como essas experiências relacionam o individual e o social.

A preocupação, nesse tipo de estudo, não está centrada na categorização e na produção de sínteses totalizadoras que sejam capazes de revelar uma personalidade, essência ou identidade una. Em verdade, essa narrativa biográfica não procurará postular hierarquizações ou sentidos definitivos para a personagem, ao contrário, o fragmento e a descontinuidade do real serão o fio condutor para a abordagem social na reconstrução da história vivida. Enfim, o individual não será visto em oposição ao sistema social, ou vice-versa, ao contrário, buscar-se-á, aqui, entender esse sistema social como resultado da ação dos indivíduos em suas relações com os outros indivíduos. A intenção é percorrer, por

intermédio da trajetória individual, a diversidade de espaços e tempos em que as relações entre esses indivíduos se inscrevem para análise dos fatos (AVELAR, 2010).

A multiplicidade de experiências expostas na narrativa biográfica abre uma nova perspectiva para refletir as ações dos personagens, de modo que é possível ressignificar a vida de homens e mulheres a partir das condições históricas na análise do mundo social.

Imbricada de subjetividades, a pesquisa biográfica redimensiona problemáticas referentes à escrita da história e às relações sociais, na medida em que a percepção do outro se dá por meio do sentir, da afetividade inscrita nos afetos, nos modos de ver e do falar da personagem. A percepção do passado adquire novas interpretações e, por conseguinte, a própria significação deste passado é redimensionada no ato da narrativa. Isso permite uma compreensão em que não os exime dos conflitos no ato de rememoração do mundo social.

Em suma, os relatos orais de memórias biográficas podem construir significados sobre si e sobre o outro em um cotidiano político, social e cultural no qual os indivíduos têm de lidar com as curiosidades despertadas pelas notícias de um mundo novo e as exigências sociais da realidade a que estão submetidos.

Pode-se dizer, então, que é na simbiose entre a história cultural, oralidade, memória e biografia, que podem emergir experiências dos sujeitos históricos, que vêm à tona através do despertar da memória na narrativa biográfica. Pois não se pode esquecer que o discurso, como narrativa, coloca em ação as representações de um período histórico. Nesse sentido, o indivíduo é, ao mesmo tempo, um ator crítico e produto de um contexto social histórico. Nessa perspectiva, a biografia permite a reconstrução histórica a partir de dois ângulos diferenciados da história. Em um, percebe-se uma análise da sociedade pelo viés do observador, que faz emergir por meio de sua atitude o contexto histórico social entrelaçado nos rastros sociais do indivíduo que, por intermédio do discurso, ilustra os conflitos e as contradições de um tempo social, já que o objeto (a memória) e o sujeito (o historiador) pertencem ao mesmo tempo histórico. Os conflitos e as contradições se tornam essenciais à compreensão do período em estudo. E é nesta narrativa que o objeto encarna as tensões do tempo histórico; em outro, cabe ao historiador integrar em sua narrativa um marco temporal de sentido em que as realidades sejam capazes de fazer pulsar os espaços de experiências nos quais a narrativa histórica biográfica coloca em prática as ações representadas no discurso. Portanto, a análise histórica se imbuí na trama social, sendo capaz de ressignificar o passado, pois ao se decompor camadas de memórias, é possível verificar diferentes processos de representação simbólica, no caso deste estudo, representações da Ditadura Militar.

Colocar em fulcro as ideias e as palavras desta personagem, pelo viés da biografia e da memória, é escavar informações históricas que permitem ao historiador uma

interpretação em que a mensagem social vem de uma história “vista de baixo”, é a produção histórica trazendo à tona as experiências de vida de pessoas comuns. Ao se condensar os polos da vida, por meio do discurso, é possível ao historiador um raciocínio interpretativo que não naturaliza e nem reduz os acontecimentos vividos pelo entrevistado. Na reconstrução biográfica, via memória, a linguagem cotidiana aparece como a possibilidade de remissão ao contexto histórico. Lidar com a história pessoal significa ultrapassar os acontecimentos, pois, por meio da memória, as experiências são recriadas e inscritas na história do presente. Os estudos que têm como fonte a biografia se sustentam por um procedimento criativo e, ao mesmo tempo, ambivalente, na medida em que os relatos são produzidos tanto pela proximidade, quanto pela distância em relação ao acontecimento rememorado.

Seguindo os parâmetros da biografia, a preocupação aqui não é reduzir a ambiguidade, mas utilizar um raciocínio substitutivo e metafórico no ato da interpretação dos acontecimentos que marcaram a vida do sujeito. Para tanto, há que se preservar a liberdade dos atos de fala sem reduzir ou naturalizar as experiências na busca de provas para comprovação de verdades atribuídas pelo contexto social. Lidar com a história pessoal “[...]é alçá-la à categoria de um texto que ultrapassa e metaforiza acontecimentos, sem, contudo recalcar o valor documental e o estatuto da experiência que aí se inscrevem[...].” (SOUZA, 2008, p.04).

Giovanni Levi (2002), ao discutir os usos da biografia, apresenta uma tipologia bastante fecunda na área, que serve de referência ao historiador nos usos dos estudos biográficos. Para ele, o fascínio pela biografia decorre da riqueza das trajetórias individuais e, ao mesmo tempo, da incapacidade dos pesquisadores de dominarem a singularidade dessas trajetórias inerentes ao ato de viver. Daí é que surge uma diversidade profícua na abordagem dos estudos biográficos. Ao discutir a relevância da biografia, Levi reacende o debate sobre as relações entre história e narrativa na medida em que

[...] a biografia é, pois tema que precisamos debater, afastando-nos talvez da tradição dos *Annales*, mas atendo-nos aos problemas que nos parecem hoje particularmente importantes: a relação entre normas e práticas, entre indivíduo e grupo, entre determinismos e liberdade, ou ainda entre racionalidade absoluta e racionalidade limitada (LEVI, 2002, p. 179).

À luz dessa concepção, Levi (2002) aponta a importância da biografia como um campo no qual o historiador dispõe de liberdade para verificar os interstícios, que não estão isentos de contradições, na realidade histórica. Já que

Há uma relação permanente e recíproca entre biografia e contexto A importância da biografia é permitir uma descrição das normas de seu

funcionamento efetivo, sendo este considerado não mais o resultado exclusivo de um desacordo entre regras e práticas, mas também de incoerências estruturais e inevitáveis entre as próprias normas, incoerências que autorizam a multiplicação e a diversificação das práticas (LEVI, 2002, p. 180).

Em suma, a biografia permite ao historiador analisar as mudanças sociais sem estar atrelado a esquemas rígidos de interpretação, já que para “[...] todo indivíduo existe também uma considerável margem de liberdade que se origina precisamente das incoerências dos confins sociais e que suscita a mudança social [...]” (LEVI, 2002, p. 182).

Mas, neste estudo em tela, algumas questões se colocam para reflexão àqueles que buscam a reconstituição do passado brasileiro nesse período da Ditadura Militar, quais sejam: O que levou esses jovens, na sua grande maioria, oriundos da classe média, a se embrenharem na luta armada, abandonando seus referenciais, suas famílias, muitas vezes, uma condição econômica privilegiada, enfim uma identidade? Por que eles optaram pela clandestinidade? Estas perguntas permitem ao pesquisador lançar algumas questões que incitam uma possibilidade de reflexões, as quais tentaremos aqui evidenciar à luz da História.

A narrativa de Ana possibilita ao pesquisador visualizar e compreender como os guerrilheiros construíram suas experiências e projetaram suas aspirações no período da Ditadura Militar. Como assinala Thompson (1987), essa construção está permeada de motivações subjetivas fortes e tão reais quanto as objetivas, pois elas nos revelam o modo como as pessoas sentem, amam, odeiam ou preservam certos valores inscritos na própria linguagem, presentes nas memórias narrativas.

Nesse mundo social, as representações instauradas permitem-nos compreender o sentido da experiência, segundo Thompson (1987), no processo de um sujeito reviver, por meio da memória, um determinado período. No caso, tomamos como objeto o discurso de Ana quando foi guerrilheira. Em sua fala, as relações sociais estabelecidas, naquele momento de sua vida, são percebidas num processo permanente que é resultado da ação humana. Os sentidos conferidos à sua ação como guerrilheira se manifestam em palavras, pois as lembranças, em forma de discurso, se colocam como lugares por excelência das palavras. Palavras estas que permitem emergir discursos e imagens várias que possibilitam ao historiador construir interpretações e formular análise de práticas sociais do mundo social instituído naquele período.

Procurar estabelecer uma prática de pesquisa na qual a história é compreendida como ciência interpretativa em busca de significados é pressupor que a memória se configura historicamente como um processo de reconfiguração contínua do modo de vivenciar o tempo e o espaço. As experiências da nossa narradora são experiências da vida,

da realidade social, experiências que estão situadas no tempo histórico em que viveu ou vive, a partir da valorização do cotidiano, do individual. Como afirma Robert Danton (1986), é possível entender o presente nas bases materiais culturais de uma época, por meio de piadas, contos, poemas, rituais, causos, lembranças, entre outros textos, ou seja, a realidade social avulta na expressão cultural das pessoas comuns, e essa possibilidade acaba por ampliar as análises da historiografia.

O indivíduo deve ser pensado a partir do seu estatuto político, haja vista a política se realizar dentro de um contexto no qual a ação é conjunta, pois toda ação humana é, por princípio, uma ação política, isso torna, por consequência, homens e mulheres como seres políticos. Nessa concepção, percebe-se que os jovens guerrilheiros foram para o movimento de resistência movidos por uma necessidade de estar juntos em defesa de uma causa política, unidos por um imaginário de necessidade de democracia – uma democracia pautada nos valores de justiça e liberdade possível de ser alcançada somente a partir da luta organizada, já que a Ditadura Militar Brasileira não dava sinais de que pretendia restaurar aos brasileiros o Estado de Direito. Para esses jovens, lutar pela democracia se configura como a possibilidade de se vivenciar uma experiência capaz de propiciar a realização de um bem comum a toda a sociedade, era esse imaginário que os movia, um imaginário que, na perspectiva de Castoriadis (1982), permitiria, por meio da guerrilha urbana, a criação de outro tempo para o Brasil, como afirma Backzo (1985, p. 316):

Os imaginários sociais intervêm continuamente ao longo dos motins e a diversos níveis. As suas funções são múltiplas: designar o inimigo no plano simbólico; mobilizar as energias e representar as solidariedades; cristalizar e ampliar os temores e esperanças difusos.

Percebe-se ser a compreensão da experiência, enquanto o vivido, algo que se configurava como o centro da existência daqueles jovens, haja vista o mundo, para eles, se realizar na perspectiva do ideário proposto pelo movimento guerrilheiro traduzido em ações, algo que está para além do pensamento. Dessa maneira, as experiências vividas e o pensamento, aliados na definição das ações propostas pela guerrilha, colocam-se em diálogo constante, isso nos permite verificar ser a construção do conhecimento algo colocado como um fator de significação e ressignificação do universo dos jovens guerrilheiros. Nessa perspectiva, vivenciar uma experiência de guerrilha se configurou em algo que não se limitou somente à perspectiva de oposição ao regime militar, mas ampliou-se para a construção de uma nação mais igualitária, livre do capitalismo opressor que subjugava as nações do cone sul a uma prática de exploração do imperialismo. Em uma breve análise do contexto, à época de 1960 e 1970, não se pode esquecer que as interpretações econômicas, sociais e culturais se pautavam, em sua grande maioria, pelo

marxismo; além disso, havia também logrado êxito a revolução cubana. Estes fatos, aliados a um imaginário de igualdade, liberdade e justiça contribuíram para imprimir nos jovens brasileiros este espírito revolucionário que circundava aquelas décadas.

Desta feita, a história de vida de Ana Maria, que será apresentada neste texto, é ocasionada pela vida de experiências do sujeito, em que o "eu" se relaciona com o mundo e vice-versa na construção de identidades intercambiantes que, por ora, nos chegam via fragmentos das suas lembranças.

O ano de 1964 foi significativo na vida da menina nascida em Goiânia, em 1950, na Rua 72 do Bairro Popular. Filha de Dona Sebastiana, originária de Ipameri, uma pequena cidade de Goiás, e de Seu Raimundo, nascido no Piauí. Neste ano, o Brasil passava por uma transformação política radical, foi o ano do Golpe Militar, do cerceamento dos direitos políticos e sociais. Mas foi também o ano em que Ana participou da sua primeira atividade política de contestação ao regime instaurado.

Os pais de Ana se conheceram em Goiânia, na pensão da avó que viera de Itaberaí, a convite de Pedro Ludovico, então governador de Goiás. A irmã mais velha de uma família de cinco irmãos – três homens e duas mulheres –, teve uma infância tranquila. A mãe era exímia dona de casa, com costumes bem pertinentes à Classe Média da época. Como relata a narradora: “Minha mãe era muito burguesa, ela tinha uns costumes bem assim, servia chá das cinco, com mesa posta e tudo, era uma história [...]” (informação verbal)¹.

O pai era o provedor da família, o responsável pela manutenção da casa, primeiro foi dono de bar, depois, como era o costume da época, foi nomeado pelo governador coletor de impostos sem concurso público. Por causa da nova profissão do pai, a família logo teve que se mudar de Goiânia, aliás, não havia mais uma cidade fixa, já que o trabalho do pai determinava que o mesmo só poderia ficar por um período em cada cidade. Vários lugares abrigaram a família, Inhumas, Ipameri, entre tantos outros.

Mas o ginásio ia começar, era preciso retornar a Goiânia para que a moça fosse matriculada em uma boa escola. Surge, então, em sua vida o Instituto de Educação. No colégio, Ana entra para o Movimento Estudantil e se torna uma fervorosa ativista na luta pelos direitos dos estudantes dentro do Instituto, participa de reuniões, organiza manifestações dentro da escola. Mas é em 1964 que Ana sairá da luta interna de dentro da escola, para questionar o Regime Militar. Ela fará parte de uma passeata que se forma em Goiânia, na Praça Cívica, contrária à cassação de Mário Borges, então governador de Goiás, que apesar de ter apoiado o Golpe, como muitos outros, não resistiu até o final de seu mandato, foi deposto antes.

¹ A entrevista com Ana ocorreu no dia 22 de agosto de 2012 em sua residência. Iniciada às 19h e finalizada às 21h30min.

Com 15 anos, Ana começara a trabalhar em uma papelaria, segundo ela, este fato seria um divisor de águas em sua trajetória. Nas palavras da entrevistada:

[...] trabalhar nesta papelaria foi o que realmente me despertou para uma consciência política, lá eu lia muito e aí eu comecei a ter contato com política mesmo, eu lia coisas sobre Che, Mao Tse Tung! Ah!!! Eu li o Capital de Karl Marx, então [...] foram estas leituras que me influenciaram a entrar na política, a acreditar na revolução socialista, comunista não, naquela época a gente só falava em socialismo, a gente já não acreditava em comunismo[...] (informação verbal).²

A vida de estudante continuava. Em 1966, Ana entra na Escola Normal, lá conhece algumas colegas que já estavam embrenhadas no que ela chama de Organização. E, por intermédio destas colegas, Ana é procurada por Rui, um ativista de origem portuguesa que a convida a entrar para a Organização VAR-PALMARES (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares) da qual ele era um dos dirigentes.

Os jovens militantes de Goiânia acreditavam na construção do socialismo, identificavam-se como guerrilheiros e viam na luta armada uma forma de garantir a revolução e o fim do Regime Militar. O Regime Militar já mostrara sua face dura, com a promulgação do Ato Institucional nº 02 (AI2), o qual suprimia as eleições diretas e indiretas para governador e presidente. Desde o AI 2, os políticos contrários ao regime tiveram seus direitos cassados, a censura já tinha seus órgãos repressores, o DOI CODIS atuava indiscriminadamente, os sindicatos já sofriam intervenções.

Quando entrou na organização, Ana recebeu o codinome Cleide. Aquele mundo da militância a atraía muito, ela olhava deslumbrada para a forma como tudo acontecia na VAR-PALMARES. Suas palavras deixam claro esse sentimento: “Olha, eu via aquela organização muito organizada, ia nas reuniões, discutíamos muito, eu não entendia muito não da situação política, mas achava organizada [...]”. (informação verbal).³

A VAR-PALMARES era uma organização nacional, havia o comando nacional e o local. Em Goiânia tinham vários braços para organizar o socialismo no Brasil, havia o movimento estudantil, o setor rural e o setor de ação violenta (SAV) onde Ana atuou. Isso ocorre em 1967, ano em que Costa e Silva é nomeado presidente do Brasil, sob a égide de uma Constituição imposta que institucionalizou e legitimou o Regime Militar, e a lei de Segurança Nacional, que endurecia, cada vez mais, os processos de caça aos subversivos. Essa situação se reflete nas palavras de Ana.

² A entrevista com Ana ocorreu no dia 22 de agosto de 2012 em sua residência. Iniciada às 19h e finalizada às 21h30min.

³ A entrevista com Ana ocorreu no dia 22 de agosto de 2012 em sua residência. Iniciada às 19h e finalizada às 21h30min.

[...] em 1967 eu entrei para o SAV, porque eles precisavam de mulher para vigiar, e não tinha mulher, então eu entrei, eu não queria o setor rural... No SAV eu treinava para atirar. Ia pros aparelhos, a organização alugava apartamentos, que eram os aparelhos, ia para as reuniões, tudo era muito secreto, a gente ia de fusca, às vezes para fazenda, mas sempre com uma venda nos olhos, é os olhos eram tampados para a gente não reconhecer o caminho, porque se fosse preso a gente não poderia dizer, nas reuniões a gente fazia panfletos e rodava em mimeógrafos, porque quando a gente explodia bomba, punha os panfletos que explicavam tudo, tudo que a gente acreditava. Ah, tinha muito aparelho na Praça Universitária, era nos aparelhos que ficavam os clandestinos. A organização alugava casas, apartamentos em lugares bem discretos, na periferia e no Setor Universitário. (informação verbal).⁴

Mas o mundo da luta armada também comportava outros debates, que iam além da preocupação com a implantação do Socialismo. Toda a vida cotidiana era extremamente discutida, inclusive a sexual. A liberdade sexual vinha carregada de significações, principalmente para a mulher, havia liberdade para se viver a experiência sexual. A crença no marxismo permeava todos os âmbitos da vida.

Sexo, ah, só transava se quisesse, não havia pressão, mas havia debates político em torno do sexo, tudo era muito discutido, a gente estudava, debatia e discutia muito sobre essa liberdade sexual, mas a gente só transava se a gente quisesse. (informação verbal).⁵

O relato permite notar que esses jovens vivenciavam as experiências individuais a partir do coletivo em que estavam presentes construções de subjetividades nas quais a afetividade entre jovens do sexo feminino e masculino era experienciada no cotidiano vivido. Um cotidiano recheado de cumplicidade dada pela possibilidade de compartilhar experiências, inclusive no campo afetivo. Assim, como aponta Meleau Ponty (2006) percebe-se que, mesmo no campo da disputa de um projeto de sociedade entre as motivações para a guerrilha e o projeto do estado ditatorial, havia espaço para se viver outras sensibilidades que não se dissociam dos indivíduos na medida em que se constituíam como parte do ser humano.

Em 1967, Ana realizou sua primeira ação na organização. Haveria os Jogos Universitários em Goiânia, então, ela e seu companheiro foram designados para explodir uma bomba. Nessa ação, Alan entra para a clandestinidade. Ana retrata em sua fala a dimensão dessa ação nas vidas dos jovens guerrilheiros, vejamos:

⁴ A entrevista com Ana ocorreu no dia 22 de agosto de 2012 em sua residência. Iniciada às 19h e finalizada às 21h30min.

⁵ A entrevista com Ana ocorreu no dia 22 de agosto de 2012 em sua residência. Iniciada às 19h e finalizada às 21h30min.

Olha a primeira ação que eu fiz foi marcante, foi na época dos jogos [...]. Eu e Alan fizemos a bomba e colocamos lá, mas ela não explodiu, e as impressões digitais dele ficaram na bomba, elas tavam lá, elas identificaram ele e ele foi para a clandestinidade... o nosso grupo era sério, era um bando de menino, de estudante, mas a gente acreditava mesmo na luta armada. (informação verbal).⁶

Desde 1968 a esquerda já tinha começado a assaltar bancos, roubar armas e explodir bombas. Em 18 de julho de 1969, a mansão de Ademar de Barros, um político corrupto que apoiava os militares, foi assaltada pela VAR-PALMARES, esta ação da esquerda foi denominada de *Grande Ação*, haja vista a mesma ter suprido os cofres da organização de tal modo que a mesma, se quisesse, teria dinheiro por um bom tempo para financiar as ações sem necessitar se envolver em outros assaltos. Parte do dinheiro foi enviada para o grupo de Goiânia, Ana conta com detalhes o fato:

O Assalto da mansão do Ademar de Barros foi ótimo, parte do dinheiro veio para nós aqui em Goiânia, o dinheiro foi levado para um aparelho. Era muito dinheiro mesmo e ele ficava ali numa prateleira empilhado em montinhos, cada montinho era destinado para uma coisa [...]mas só usávamos o dinheiro em último caso. A gente não pegava nada, o dinheiro era para a luta armada. (informação verbal).⁷

E, no seu relato, Ana preenche, por meio de sua narrativa, lacunas da história desse período, tecendo os fios que colocam em evidência um período pouco conhecido. As dobras do passado se revelam nos detalhes do dia a dia dessa jovem, permitindo ao historiador reconstruir os fatos políticos e sociais do contexto no qual essa personagem estava inserida. A sua narrativa nos permite, através de suas lembranças, entender as dimensões do Regime Militar na vida cotidiana dos brasileiros e, em especial, dos goianos.

A Organização em Goiânia não se diferenciava das outras, em nível nacional, embora tivesse o dinheiro proveniente da Grande Ação em Santa Teresa, no Rio de Janeiro, estava sempre buscando fundos para financiar a luta armada. Os recursos e as armas eram provenientes de roubos, assaltos, pequenos furtos. Isso fica claro na fala da nossa narradora:

Uma outra ação do SAV em que eu fui responsável foi o assalto da Casa do Sertanejo, lá tinha armas, por isso nós roubamos a loja [...] eu vigiei durante meses [...] eu usava uniforme de estudante para ninguém desconfiar, sempre a gente usava os uniformes, quem vigiava era mulher, ninguém desconfiava, para não levantar suspeita. Olha na hora do roubo nós

⁶A entrevista com Ana ocorreu no dia 22 de agosto de 2012 em sua residência. Iniciada às 19h e finalizada às 21h30min.

⁷A entrevista com Ana ocorreu no dia 22 de agosto de 2012 em sua residência. Iniciada às 19h e finalizada às 21h30min.

falávamos que a ação era para o bem do país. Era um discurso grande que a pessoa ficava olhando [...] Se soubéssemos que alguém tinha arma, nós roubávamos, inclusive da família. Eu mesmo roubei arma do meu avô, a Maria Helena também roubou, a gente roubava mesmo [...] (informação verbal).⁸

Um aspecto interessante era a sua relação com a família. Como a família ficava sabendo destas atividades perigosas e ilícitas. Segundo ela, era comum as famílias serem informadas sobre as atividades dos militantes, pois, se algo acontecesse, a família precisava tomar providências:

[...] um dia eu sentei na sala com papai e mamãe e fiz um discurso imenso sobre a importância da luta armada. Nós dizíamos para as nossas famílias que o socialismo era o ideal, que era a única realidade boa para o Brasil, e que a gente estava ali lutando para uma vida melhor, pela liberdade, pela democracia. Eu já estava tão envolvida com a luta armada que não havia argumento nenhum que me tiraria da organização [...] A minha mãe reagiu de forma contrária, ela disse que não aceitaria de jeito nenhum, mas eu fui firme e falei que ia embora de casa, que não ia sair da organização e que ia para a clandestinidade [...] foi aí que ela disse que se não tivesse jeito que então ela ia aceitar, mas eu me lembro que meu pai aceitou mais tranquilamente, sabe [...] (informação verbal).⁹

Depois de contar à família sobre suas ocupações, Ana continuava na organização exercendo suas atividades:

[...] às vezes estava chovendo muito à noite, eu saía sozinha. Meus irmãos sabiam que eu mexia com alguma coisa proibida, que eles não podiam saber. A minha irmã, inclusive, quando fui presa falou para a polícia que eu fazia coisa proibida [...] (informação verbal).¹⁰

Embora a organização tenha começado em 64, Ana entrou em 1966 e ficou até 1969, neste período, ela narra seu encontro com Carlos Marighella, chefe da Ação Libertadora Nacional (ALN), morto em emboscada organizada pelo Delegado Sérgio Fleury, sob orientação do Centro de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI):

[...] eu lembro que chegava a Goiânia as notícias do comando nacional. Eu encontrei duas vezes com um membro do comando nacional. Mas o mais emocionante foi encontrar o Marighella, ele chegou no aparelho e eu estava

⁸ A entrevista com Ana ocorreu no dia 22 de agosto de 2012 em sua residência. Iniciada às 19h e finalizada às 21h30min.

⁹ A entrevista com Ana ocorreu no dia 22 de agosto de 2012 em sua residência. Iniciada às 19h e finalizada às 21h30min.

¹⁰ A entrevista com Ana ocorreu no dia 22 de agosto de 2012 em sua residência. Iniciada às 19h e finalizada às 21h30min.

lá na Rua 24, eu saí, a gente não podia ficar e nem olhar muito, mas foi uma emoção muito grande ver ele ali bem pertinho [...] (informação verbal).¹¹

Na sua narrativa, Ana continua a subtrair da memória fatos importantes na sua trajetória enquanto membro da Organização, ela presentifica o passado à medida que coloca em sua narrativa um contexto vivido à luz de suas experiências, via memória. No seu relato, o passado não é mera nostalgia, ao contrário, é reduto de sujeitos que dialogam com outros sujeitos. A sua biografia vai sendo tecida no seu discurso de forma caleidoscópica, via fragmentos carregados de emoção, ela se confunde com a própria história do Brasil. Vejamos,

[...] eu me lembro de que quando a gente ia fazer uma ação tinha tudo escrito, detalhadinho sobre as coisas que a gente ia fazer. Alguém trazia as armas, nós transportávamos as armas, quase sempre as mulheres, tinha um lugar para a gente entregar, a descrição da pessoa, como ela estaria vestida, o que ela teria nas mãos. Uma vez nós fizemos uma explosão aqui em Brasília lá na W3 sul, colocamos uma bomba com um monte de panfletos e explodimos tudo, eu fui a responsável por trazer as armas lá de Goiânia. Coloquei tudo numa sacola, metralhadora, fuzil e vim de ônibus, trazendo estas armas, ninguém desconfiava, de uma moça de uniforme, e foi assim [...] (informação verbal).¹²

Pelo relato da nossa narradora, percebe-se que a identidade do sujeito, enquanto guerrilheiro, é construída na luta, ao mesmo tempo que ela se constitui, percebe-se a necessidade de criar regras comportamentais e funções de cada um e cada uma. Na guerrilha, as identidades foram ampliadas, o guerrilheiro ou a guerrilheira são forjados nas funções cotidianas, na responsabilidade a eles e elas destinados pelas organizações. As identidades agregadas pelo processo da luta armada em solo urbano permitem um espaço para pensar a identidade como plural, intercambiável como nos ensina Stuart Hall (2003).

Nessas alturas, Ana já tinha consciência de que ser uma militante de esquerda estava se tornando algo perigoso, muita gente estava sendo presa, outras desapareciam misteriosamente e, cada vez mais, seus companheiros eram declarados clandestinos. Nessa rotina de incertezas, vivendo cada dia como se fosse o último, ela e Rui começaram a namorar:

[...] como é que a gente namorava daquele jeito [...]. Nós ficamos noivos na clandestinidade, ele já era procurado. Se um dia eu fosse presa, eu ia falar que ele estava no Rio Grande do Sul. O codinome dele era Lucas. Mas era tudo mentira, na verdade ele tava era em Goiânia construindo o Movimento

¹¹ A entrevista com Ana ocorreu no dia 22 de agosto de 2012 em sua residência. Iniciada às 19h e finalizada às 21h30min.

¹² A entrevista com Ana ocorreu no dia 22 de agosto de 2012 em sua residência. Iniciada às 19h e finalizada às 21h30min.

Operário, andava para cima e para baixo de ônibus com aquelas roupas, disfarçado [...] (informação verbal).¹³

Com a ascensão do presidente Médici ao Governo e a promulgação do AI-05, o regime endurece na caça aos subversivos. A incerteza do que poderia acontecer no momento seguinte perseguia esses jovens militantes. Como todos que estavam na clandestinidade ou que se envolviam em ações políticas contrárias ao regime, os meninos de Goiânia viviam nos subterrâneos do medo, uma sensação de desamparo perseguia aqueles que ousaram lutar pelo socialismo:

[...] tinha um esquema, se a gente ia num ponto encontrar alguém, se deu meia hora a pessoa não chegou, se desse mais meia hora três vezes, podia ir embora que ela tinha sido presa. Era preciso sair do aparelho, desmontar tudo sem deixar nada, nós combinávamos que a pessoa resistiria à tortura até 12 horas sem contar onde era o aparelho, onde morava o companheiro [...] O Alan foi para o Araguaia, mas ele ia para o Rio, muita gente sendo presa, o Jaque, um colega nosso foi preso no enterro da mãe, então ele quis sair. Em abril de 1969, o Rui foi preso e, logo em seguida, eu fui. Quando ele foi preso eu fiquei desesperada e fui avisar a família dele, mas antes de eu ir avisar alguém bateu lá em casa e meu pai percebeu que era a polícia à paisana, eles olharam para ver a casa, quem estava. Papai me deixou sair para ir avisar a família do Rui, mas acompanhada com a minha irmã. Nós fomos até a Rua 10 e a polícia me seguindo. Eu lembro que estava com um papel na bolsa com o endereço de um aluno da universidade e eu não podia jogar o papel, ele foi convidado para entrar na organização e tinha roubado um mimeografo da universidade, então, eu mastiguei o papel e engoli, eu comi o papel. A ação da polícia para me prender foi enorme, eles tinham metralhadora, foi um escândalo. Eles já sabiam de tudo, que eu era a Cleide, já tinham pegado meus uniformes, que eu era do SAV. Eu fui presa e eles me falaram que o Rui tava preso e que eles sabiam de tudo [...] (informação verbal).¹⁴

O Ato Institucional nº 5 (AI 5) se estendeu até 1975. Com ele, inaugurou-se uma nova forma de ação do Regime. O recrudescimento do regime militar no Brasil colocou em evidência o que ficou conhecido popularmente como os anos de chumbo, em outras palavras, o lado mais obscuro e mais repressivo do regime. No ano seguinte ao AI 5, Ana se torna prisioneira. Na cadeia, ela experimenta uma nova sensação, a prisão se tornara real, a sensação de impotência era grande, agora tudo poderia acontecer com ela:

[...] as torturas foram só de papo, conversa e ameaças. Soltaram a minha irmã depois que viram que ela não sabia de nada. Logo, eles me soltaram

¹³ A entrevista com Ana ocorreu no dia 22 de agosto de 2012 em sua residência. Iniciada às 19h e finalizada às 21h30min.

¹⁴ A entrevista com Ana ocorreu no dia 22 de agosto de 2012 em sua residência. Iniciada às 19h e finalizada às 21h30min.

também, papai foi para a cadeia e ele era maçom, o Fleury também era maçom, meu pai prometeu que eu ia atender a ligação do Gustavo, eles tinham grampeado o telefone lá de casa, aí eu fui liberada e fui para casa [...] (informação verbal).¹⁵

Em Goiânia, o regime utilizava táticas em que era comum o uso de prisioneiros como iscas para atrair outros, havia uma espécie de troca para diminuir as consequências da prisão, trocavam as torturas pela possibilidade de delação. Os prisioneiros, assim como Ana, tentavam driblar a polícia fornecendo informações incorretas sobre os aparelhos, os locais de encontro.

No caso de Ana, o telefonema que receberia de Gustavo nunca se concretizou graças à postura enérgica de sua mãe:

[...] quando chegamos lá em casa e papai contou o que estava acontecendo lá em casa, minha mãe disse que de jeito nenhum eu ia atender telefone, ela desligou o telefone, disse que quem mandava na casa era ela e que no outro dia o telefone seria vendido. Como telefone era um bem muito caro, ela anunciou no jornal e vendeu, quando os militares perguntaram sobre isso, ela disse que ia vender e pronto [...] mamãe, embora fosse meio burguesa ela tinha uma simpatia pelo comunismo, ela havia sido do partido, tinha até foto com a Anita comunista [...] (informação verbal).¹⁶

Chega o ano de 1969, já sem esperanças de que a luta armada conseguisse derrubar o regime e percebendo tanto a falta de adesão da sociedade ao projeto revolucionário da esquerda, quanto a recusa das massas em não aderir à luta, Ana abandona a Organização.

Na narrativa de Ana, é possível perceber que, ao longo dos 21 anos de regime, em que se verificou a supressão da liberdade, da igualdade e da justiça, sempre esteve presente em parte da sociedade brasileira um desejo manifesto de oposição ao regime ditatorial, embora grande parte não acreditasse no projeto revolucionário das esquerdas. Os relatos desses anos, aliados ao contexto histórico, mostram que o momento histórico de maior rigidez do regime militar, que se configurou a partir de 1968, fez surgir algumas organizações partidárias, que optaram pela luta armada como forma de enfrentamento ao poder dos militares.

Porém, para se compreender essa narrativa posta por Ana, sob o prisma da guerrilha urbana, faz-se mister recorrer ao contexto sócio-histórico da época, ou seja, é preciso, a

¹⁵ A entrevista com Ana ocorreu no dia 22 de agosto de 2012 em sua residência. Iniciada às 19h e finalizada às 21h30min.

¹⁶ A entrevista com Ana ocorreu no dia 22 de agosto de 2012 em sua residência. Iniciada às 19h e finalizada às 21h30min.

partir da relação entre as ações da guerrilha e os acontecimentos da época de 1967, estabelecer um diálogo. O regime ditatorial, baseado em uma constituição, suprimiu o pluripartidarismo, as vozes populares foram caladas, os intelectuais e os artistas foram perseguidos, os cantos em favor da liberdade foram abafados, a imprensa sob a égide da repressão não tinha espaço para outras notícias que não fossem a exaltação dos feitos da Ditadura; tornou-se comum a cassação dos direitos. Por fim, a Ditadura Militar, legalizou e legitimou, em nome da “democracia” e manutenção da ordem e do progresso, práticas de tortura e assassinatos.

Após 1967, o regime pautado na lei de Doutrina de Segurança Nacional promove uma verdadeira caça ao comunismo. Baseado na doutrina de que o inimigo a ser combatido era interno, investiu-se na construção de sistemas de espionagem e vigilância constantes. Para tanto, os aparelhos repressivos foram aperfeiçoados, surgiram então as Delegacias Estaduais de Ordem Política e Social (Dops), o Departamento de Polícia Federal, o Destacamento de Informações de Operações/Centro de Operações de Defesa interna, conhecido como o DOI-CODI, o Sistema Nacional de Informação (SNI), entre outros; com a criação destes serviços, a tortura foi institucionalizada.

Como morrer em emboscada, ser torturado em um pau de arara, preso a qualquer momento, assassinado e exilado tornaram-se fatos corriqueiros, muitos estavam saindo da Organização, era muito difícil conviver com esta realidade de incertezas diariamente. De um lado, o Regime ia se aparelhando, fechava o cerco aos subversivos, por meio da tortura começava a conhecer a lógica de funcionamento das organizações; do outro, o destroçamento destas Organizações, que iam perdendo seus integrantes, pois uns eram presos, outros exilados, muitos assassinados, outros, simplesmente, abandonavam a luta.

Nesse ínterim, Alan, durante sua estada no Rio de Janeiro para se desligar da Organização, é preso junto de João e Jaques. Os três, durante os interrogatórios e o período na prisão, conhecem o General Bandeira.

Este general faz um acordo com os três, livrá-los-ia da prisão, mediante a proposta de eles declararem que não faziam mais parte da VAR-Palmarenses. Eles aceitaram o acordo e declararam em rede nacional, no Jornal Nacional e no que hoje conhecemos por Jornal da Globo, que não eram mais membros da Organização e que não acreditavam mais nas suas propostas.

[...] quando cheguei em casa eu não sabia de nada, estava dando aula, eu era professora, dava aula para adultos... papai foi logo me falando, senta aí, você vai ter uma surpresa, olha seus amigos aí veja o que eles disseram no jorna [...] quando vi os três ali fazendo aquelas declarações me deu uma

raiva deles, mas eu entendi depois, ser preso não era brincadeira [...] (informação verbal).¹⁷

O tempo passou, Ana e Alan começaram a namorar. Ela foi procurada pelo general Bandeira, conhecido do Alan, e esse general propõe a Ana que ela fale com Rui:

[...] esse general pediu para eu falar com o Rui para ele desistir, mas ele era firme, disse que não sairia e mais, que, se saísse da cadeia, ele ia para a guerrilha e que mataria qualquer general que aparecesse na frente dele, Ah, nesse momento, eu já namorava o Alan, ele falava que não teria mais casamento... olha esse Rui foi forte, ele resistiu, não desistiu de jeito nenhum, mas aí ele não era brasileiro, então foi expulso, voltou para Portugal e lá ficou preso mais um ano [...] Na cadeia, o Rui me mandava cartas, mamãe chorava quando lia, olha as cartas eram feitas em papel de seda de cigarro, ele punha na barra da calça para passar pela polícia [...] (informação verbal).¹⁸

Por volta de 1970, Ana, Alan e João foram julgados, os dois pegaram onze anos de prisão, novamente o General Bandeira interveio na vida dos jovens:

[...] o General Bandeira deixou a gente livre, ele dizia aos seus superiores que nós estávamos presos no quartel dele e assim nós ficamos livres... mas na verdade ele queria é que nós servíssemos a ele, uma vez ele preparou lá no Ministério do Interior numa sala grande um encontro da gente com vários jovens. Ele queria que a gente falasse contra a organização [...] que ser subversivo não era bom, mas a gente não falou não, eles ficaram bravos [...] (informação verbal).¹⁹

Em 1970, uma coisa curiosa acontece na vida de Ana, preocupados com os jovens subversivos, o General Bandeira e Jarbas Passarinho oferecem a Ana, Alan, Jaques e João bolsas de estudos em cursinhos pré-vestibular e um apartamento na Colina, na Universidade de Brasília. Mas nesse período, os jovens, com exceção de Jaques, não estão preocupados em se tornarem universitários:

[...] eu e o Alan tínhamos um grupo de teatro. Fomos para o Rio. Daí fomos para a aldeia de Arcozelo de Paschoal Carlos Magno. Nós vendemos as bolsas tudo para nossos pais, a bolsa não tinha nome, qualquer um poderia usar, mas o Jaques não vendeu não, foi para a faculdade, fez tudo certo [...] eu sei que a gente saiu da organização[...] Olha na volta de Arcozelo, passando em Juiz de Fora, a gente foi todo mundo preso, foi uma história, então tive que ligar para o General Bandeira, porque nós não podíamos ser

¹⁷ A entrevista com Ana ocorreu no dia 22 de agosto de 2012 em sua residência. Iniciada às 19h e finalizada às 21h30min.

¹⁸ A entrevista com Ana ocorreu no dia 22 de agosto de 2012 em sua residência. Iniciada às 19h e finalizada às 21h30min.

¹⁹ A entrevista com Ana ocorreu no dia 22 de agosto de 2012 em sua residência. Iniciada às 19h e finalizada às 21h30min.

presos, porque a gente já tava preso lá no quartel dele, era assim, a gente andava sempre com o telefone dele[...] (informação verbal).²⁰

Em 1971, nasce a primeira filha de Ana, no mesmo ano em que Alan e João começam a trabalhar na Câmara dos Deputados, em Brasília, como jornalistas, indicados pelo General Bandeira. Ana e a amiga vão trabalhar na Polícia Federal, no setor de censura. Nas suas memórias alguns fragmentos do seu trabalho emergem nas suas palavras: “[...] lá eu via os processos, do Gilberto Gil, do Alan [...] Tudo passava pela gente [...]” (informação verbal).²¹

Mas eles não aguentaram a pressão e logo saíram. Perseguidos pelo Regime, e não aguentando mais a pressão e a vigilância que se instaurara em suas vidas, os jovens decidem abandonar tudo:

[...] olha a gente não tinha sossego, de 70 a 75 eles chamavam a gente sempre que alguém era preso para acareação, saímos dos empregos [...] o João fugiu, foi para os EUA [...] nós fomos para o interior, sem a Câmara, o Alan trabalhou em diversos jornais [...] nós saímos do apartamento funcional, apartamento que o General arrumou, saí da Polícia Federal e abandonamos tudo e fomos morar em uma chácara em Goiânia [...] (informação verbal).²²

E, então, eles mudam radicalmente de posição, da luta armada em busca do socialismo, passam a investir no slogan PAZ E AMOR do movimento hippie para viver suas crenças, como ela nos conta:

[...] o João voltou dos EUA, ele tinha ganhado um dinheiro bom, então alugamos uma chácara e montamos uma comunidade “Brilho Solar”. Era um monte de casal com filhos, só o Elso trabalhava fora, o restante trabalhava dentro da comunidade [...] era só paz e amor [...] a gente comprou umas codornas e montamos uma granja, mas não deu certo, ninguém tinha coragem de matar as codornas, era contra a nossa filosofia [...] compramos equipamentos [...] ficou tudo lá [...] tem um fato engraçado, um dia a polícia chegou lá com fuzil e tudo para nos prender, nós descobrimos que a chácara era vizinha da casa do Fleuri e ele achou que a gente tava lá para matar ele[...] Aí não deu mais certo, fomos embora[...] morar do lado de um reacionário não dava! (Informação verbal).²³

²⁰ A entrevista com Ana ocorreu no dia 22 de agosto de 2012 em sua residência. Iniciada às 19h e finalizada às 21h30min.

²¹ A entrevista com Ana ocorreu no dia 22 de agosto de 2012 em sua residência. Iniciada às 19h e finalizada às 21h30min.

²² A entrevista com Ana ocorreu no dia 22 de agosto de 2012 em sua residência. Iniciada às 19h e finalizada às 21h30min.

²³ A entrevista com Ana ocorreu no dia 22 de agosto de 2012 em sua residência. Iniciada às 19h e finalizada às 21h30min.

Em 1979, por causa da lei de anistia, como todos os outros clandestinos, o grupo foi anistiado, então, iniciou-se uma longa batalha para recuperarem seus empregos e receberem indenizações por terem sido presos e torturados.

Alan foi readmitido aos quadros da Câmara Federal somente em 1991, após provar que era jornalista leigo. Ana, até hoje, não foi readmitida pela Polícia Federal. Recebeu, em 2010, uma indenização de 60 salários mínimos para reparação em parcela única por ter sido presa política em Goiás.

Superar as dores das perdas, os momentos de terror não foi fácil, mas Ana, hoje, com o sorriso aberto consegue falar deste período em que mistura política, amor e dor. Enfim, elementos do cotidiano que retratam uma experiência única vivida por ela e por nós por intermédio do testemunho oral que por ora está relatado aqui.

Considerações finais

Mergulhar na história de vida dessa personagem que vivenciou o período da Ditadura e o processo de redemocratização representa deparar-se com um material histórico extremamente rico. Material este capaz de atestar de que forma as dimensões econômicas, sociais e psicológicas deram e dão a dimensão cultural capaz de ser documentada em sua biografia por meio do relato oral. Assim, a leitura de vida proposta aqui é uma leitura em que estão inclusas a própria história de vida da entrevistada, bem como as histórias entrelaçadas de sua família, seus companheiros, enfim procuramos estabelecer uma teia de significações que permitisse evidências da transmissão cultural deste período histórico da história brasileira. As memórias de Ana se colocam como espaço de representações e ações de seres humanos que, ligados a um contexto histórico, revelam as características de um grupo social.

Se como afirma Baczko (1985), o imaginar é poder construir uma perspectiva de acreditar, é tornar “verdadeiro” o imaginado, as lembranças de Ana que perduram nas memórias são fragmentos do imaginário constituído pelos guerrilheiros a partir de suas representações instituídas no processo de luta armada em nome de um projeto de democracia para a nação. São esses fragmentos capazes de compor possibilidades de interpretações, nos termos de Benjamin (1967), daquele período. Após 50 anos, o silêncio fala pelo viés das memórias que, reconstruídas nas narrativas daqueles que experienciaram o Regime Militar, permitem aos brasileiros o reconhecimento das dores pelas vidas ceifadas e, principalmente, pelo reconhecimento dos guerrilheiros enquanto sujeitos que tiveram suas vidas interrompidas pelo exílio, pela tortura, pela separação das famílias, pela morte. Assim,

O imaginário social torna-se inteligível e comunicável através da produção dos “discursos” nos quais e pelos quais se efectua a reunião das

representações colectivas numa linguagem. Os signos investidos pelo imaginário correspondem a outros tantos símbolos. E assim que os imaginários sociais assentam num simbolismo que é, simultaneamente, obra e instrumento (CASTORIADIS apud BACZKO, 1985, p. 311).

A história, nessa perspectiva, não existe fora da imaginação criadora, o fazer histórico só pode se realizar enquanto universo de significações, baseado nos elementos fornecidos pelo imaginário, haja vista ser o imaginário o *locus* em que se verificam as possibilidades de significação e ressignificação das experiências vividas pelo sujeito.

Nessa desconstrução do tempo, a justaposição da vida comum desta jovem a elementos da história permite ao historiador pontos de vista múltiplos. Confrontada com a voz da história, a história de Ana não se propõe a uma reconciliação do passado com o presente, ao contrário, neste momento de volta, pela via da memória, ela relata para não esquecermos, para lembrarmos sempre da importância da construção da democracia. Por isso essa voz que aqui reverbera coloca as fragilidades das Organizações, a recusa de grande parte da sociedade brasileira em resistir ao regime, aceitando por duas décadas a Ditadura, uma das mais longas do cone sul. Nesta biografia, buscamos trabalhar com as vozes variadas e opostas – a “heteroglossia” –, confrontadas com a voz da História, como nos ensina Peter Burke (1982), pois

[...] como o romance, a história conta. E contando, ela explica. Como o romance, a história escolhe, seleciona, simplifica, organiza, reduz um século a uma página. A diferença, sublinharia Paul Veyne, é que “a história é um romance; mas um romance de verdade” [...] e os historiadores contam eventos verdadeiros que têm o homem por ator [...] (PRIORE, 2009, p.15).

Recebido em 30/3/2015

Aprovado em 25/5/2015

REFERÊNCIAS

AVELAR, Alexandre. A Biografia Como Escrita da História: Possibilidades, limites e tensões. *Dimensões*, Vitória, v. 24, p. 157-172, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2528/2024>>. Acesso em: 24 jun. 2013.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social In: LEACH, Edmund et al. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.

BENJAMIN, Walter. *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1986.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de Moraes. (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro. FGV, 2002. p. 167-182.

PONTY, Merleau. *A fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

PRIORE, Mary Del. Biografia: Quando o Indivíduo Encontra a História. *Revista TOPOI*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 7-16, jul./dez. 2009.

SOUZA, Eneida Maria. A Biografia: Um bem de arquivo. *Revista ALEA*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 01, p.121-129, jan./jun. 2008.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. I – A árvore da liberdade. Tradução. Denise Bottman. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.